

Fundação Ferreira Freire

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas


www.fffreire.pt / email: geral@fffreire.pt

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2015

Registo n.º 30/85, na Direção Geral da Segurança Social – D.R. n.º 82, III Série, de 07/04/92 / NIPC 500848653
Tele(f) (m) 239 961242 / 917628907 / Fax. 239 964372- Largo Ferreira Freire, n.º 1- 3060-522 Portunhos





EXERCÍCIO DE 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos dos estatutos da Instituição, o Conselho de Administração submete ao parecer do Conselho Fiscal, o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015.

Valências de Lar de Idosos, ERPI II, Apoio Domiciliário e Centro de Dia

Durante o exercício de 2015, todas as valências referidas, se mantiveram em actividade total. No Lar de Idosos, foram admitidos 19 utentes, sendo 8 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Verificaram-se também 19 saídas, correspondentes a 8 masculinos e 11 femininos.

Em 31 de Dezembro de 2015, a valência era frequentada por 91 utentes, sendo 25 homens e 66 mulheres. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 87 utentes.

A média de idades dos 91 utentes em de 31 de Dezembro de 2015, era de 85 anos, de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 69 anos	4 utentes
De 70 > 79 anos	12 utentes
De 80 > 89 anos	46 utentes
> 90 anos	29 utentes

O Apoio Domiciliário, no começo do exercício em análise, era frequentado por 10 utentes sendo em Dezembro a assistência prestada a 9, com 4 masculinos e 5 femininos. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 15 utentes.

A média de idades dos 9 utentes em de 31 de Dezembro de 2015, era de 83 anos, tendo o mais novo 78 e o mais idoso 86.

A valência de Centro de Dia, no começo do exercício em análise, era frequentada por 13 utentes sendo em Dezembro a assistência prestada a 15. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 8 utentes.

A média de idades dos 13 utentes em de 31 de Dezembro de 2015 era de 83 anos, de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 79 anos	2 utentes
De 80 > 89 anos	9 utentes
> 90 anos	4 utentes

A ERPI II iniciou os seus serviços em Janeiro de 2015 com 3 utentes, e em 31 de Dezembro era frequentada por 14, com uma média de idades de 85 anos de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 79 anos	1 utentes
De 80 > 89 anos	9 utentes
> 90 anos	4 utentes

Durante o ano de 2015, foram confeccionados e fornecidos pela cozinha da Instituição, 42.049 pequenos-almoços, 57.515 almoços, 63.432 lanches, 49.708 jantares, 38.035 suplementos noturnos, num total de 250.739 refeições.

Acções de formação para funcionários

Na continuidade da determinação do Conselho de Administração, na manutenção, preservação e desenvolvimento da qualidade dos serviços prestados a todos os utentes da Instituição, não só em termos das condições proporcionadas pelas instalações existentes, como também pelo grau de capacidade, dedicação e profissionalismo dos seus funcionários, durante o ano de 2015 e a exemplo do que tem vindo a suceder nos anos anteriores, foram promovidas várias acções de formação: higiene e segurança alimentar; segurança e higiene no trabalho; utilização de produtos para incontinência; sensibilização para a qualidade; planeamento e avaliação de tarefas; como lidar com a pessoa idosa e gestão de conflitos entre outras.

Recursos Humanos

Com a abertura da ERPI II, e para continuar a primar pela qualidade dos serviços prestados aos utentes que, registe-se, sempre tem merecido as melhores referências dos utentes internados e seus familiares, foi necessário contratar mais recursos humanos, ocorrendo durante o ano de 2015 um aumento líquido de 11 postos de trabalho, assim, durante o exercício de 2015, foram admitidas 6 ajudantes de ação direta, 1 encarregado de setor, 2 enfermeiros, 5 trabalhadoras auxiliares e 1 fisioterapeuta, tendo deixado a instituição 1 ajudante ação direta, 1 enfermeiro, 1 capataz agrícola, 1 trabalhadora auxiliar, 1 psicólogo, 1 ajudante de cozinheiro e 1 lavadeira. Em 31 de Dezembro, o quadro de pessoal da Instituição contemplava 79 trabalhadores, acrescendo ainda em regime de prestação de serviços 2 médicos e 1 advogado, além de 2 Contratos Emprego Inserção através do IEFP.

A preocupação manifestada nos relatórios dos exercícios anteriores, respeitante à relação entre o valor dos custos com o pessoal (1.014.842,05 €) e as participações da Segurança Social (798.989,34 €), acentuou-se ainda mais neste exercício, uma vez que aqueles representam mais de 127% das referidas participações. No exercício anterior essa relação foi de cerca de 117%, sendo que em 2013 a percentagem atingida foi de 114%.

Receitas Próprias – Mensalidades dos utentes e outras

As prestações de serviços consignadas nas mensalidades recebidas dos utentes, comparativamente ao exercício anterior, tiveram um aumento de 12,3% (€ 756.950,85 / € 673.994,46) fruto da abertura da ERPI II. Sendo certo que a fixação do valor das mensalidades está definida e orientada pela entidade tutelar, a verdade é que tal prática se reveste de manifesta insuficiência para a manutenção do grau de qualidade dos serviços prestados que importa salvaguardar e manter.

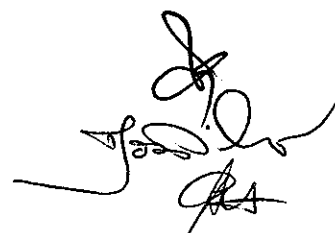
Assim sendo, o Conselho de Administração tem procurado, de modo justo e equilibrado, fixar as mensalidades dos utentes admitidos, utilizando o valor de referência indicado no protocolo firmado entre a CNIS e a Segurança Social, valor este que serve de base aos cálculos para o apuramento das mensalidades dos utentes a admitir. Sendo certo que sempre haverá situações pontuais, que merecerão tratamento diferenciado, a base será o valor referência do protocolo referido.

Investimentos

No decurso do exercício de 2015, foi investida a quantia de € 68.954,97 de harmonia com as verbas inscritas no quadro seguinte:

RUBRICAS	2015	2014
Terrenos e rec. naturais		
Edifícios e outras const.	871.576,64	71.901,94
Equipamento básico	10.037,54	51.095,42
Equipamento de transporte		
Equipamento administrat.	19.397,53	16.929,76
Outros act. fixos tangíveis	6.992,08	2.638,23
Programas de computador	2.990,99	
Investimentos em curso	-842.039,81	439.316,37
Total	68.954,97	581.881,72

Com a conclusão da remodelação e adaptação do antigo lagar para uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI II), e conseqüente início em funcionamento, foi transferido o valor de investimentos em curso para edifício e outras construções.



Fundo de Socorro Social

Foi aprovado em Agosto um apoio através do Fundo de Socorro Social da Segurança Social para equipar as salas de fisioterapia e snoezelen, localizadas na ERPI II, e uma viatura de 9 lugares adaptada para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, no valor total de 50.495,00 euros. Este apoio irá permitir que a instituição possa alargar e melhorar ainda mais a qualidade dos serviços prestados.

Análise da situação económica e financeira

Análise da situação económica

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 10.471,06 €, aumentando relativamente ao de 2014 que tinha sido de 3.405,34 €. Durante o ano foram alienados 4 terrenos agrícolas, considerados sem relevância estratégica e com reduzido rendimento anual, que originaram uma mais-valia de 30.789,26 €.

Têm sido pagas regularmente as mensalidades do empréstimo de 300.000,00 contraído na Caixa de Crédito Agrícola de Cantanhede para fazer face ao investimento na nova Estrutura Residencial, sendo o valor em dívida em 31 de Dezembro de 2015 de 262.617,00 €.

Rendimentos

RUBRICAS	2015	2014
Vendas	90,00	505,32
Prestação de serviços	756.950,85	673.994,46
Subsídios à exploração	810.007,89	756.743,85
Outros rendimentos e ganhos	159.598,82	120.255,21
Juros, dividendos e outros		1.991,47
Total	1.726.647,56	1.553.690,31

Gastos

RUBRICAS	2015	2014
CMVMC	209.337,21	252.432,77
Fornecimentos e serviços externos	364.780,12	310.320,90
Custos com o pessoal	1.014.842,05	879.644,97
Amortizações e ajustamentos	111.378,30	86.228,17
Provisões		9.953,11
Outros Gastos e perdas	3.474,55	3.852,60
Juros e gastos similares suportados	12.364,27	7.852,45
Total	1.716.176,50	1.550.284,97

Análise da situação financeira

Analisado o Balanço, e face ao ano de 2014, constata-se uma diminuição da liquidez devido aos investimentos na ERPI II e encargos com o empréstimo na CCAM e um ligeiro aumento da rentabilidade fruto do aumento dos resultados do ano. O crescimento do VAB deve-se essencialmente ao aumento ocorrido com os gastos com pessoal.

INDICADORES	2015	2014
Liquidez geral	0,61	0,70
Liquidez reduzida	0,49	0,59
Autonomia financeira	0,78	0,76
Rentabilidade do activo	0,38%	0,12%
Rentabilidade global	0,35%	0,11%
VAB	1.128.113€	979.231€

Factos Relevantes

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para a Instituição, suscetível de registo neste relatório.

Nota Final

O Conselho de Administração deseja expressar o seu melhor reconhecimento ao Centro Distrital de Coimbra do Instituto de Segurança Social, IP, pela maneira colaborante com que privilegiou a Instituição, tornando mais acessíveis os contactos que foram sendo solicitados, de modo a simplificar e promover maior celeridade na resolução dos diferentes e importantes assuntos que foram surgindo.

À Câmara Municipal pelo apoio prestado e disponibilidade sempre presente para a resolução de todas as questões, quer com as obras para a nova estrutura, quer com as valências já existentes.

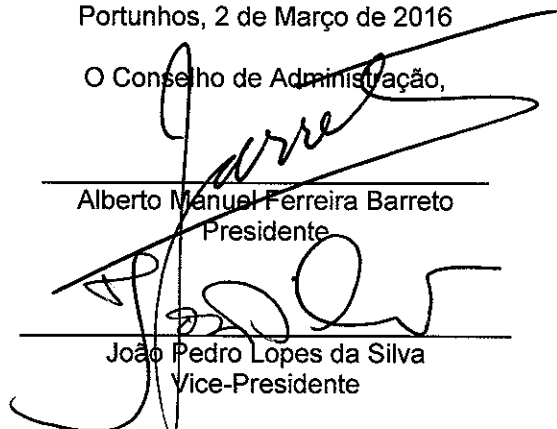
Ao Conselho Fiscal, manifesta-se o reconhecimento do Conselho de Administração, pela forma interessada e pela colaboração com que tem seguido a actividade da Instituição.

À Direcção Executiva, para que continue a desenvolver um trabalho que permita manter e reforçar a qualidade dos serviços desenvolvidos e, com isso, o reconhecimento da Fundação junto de todos como prestadora de serviços de excelência.

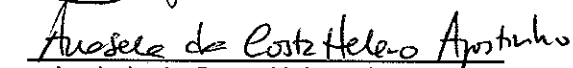
Aos trabalhadores e colaboradores que contribuíram, com o seu profissionalismo e grande dedicação, para o desempenho da Instituição em área tão sensível como a de prestação de serviços a pessoas idosas, o que tem merecido diversas referências elogiosas provenientes de utentes e seus familiares, o Conselho de Administração deseja expressar o seu melhor agradecimento.

Portunhos, 2 de Março de 2016

O Conselho de Administração,


Alberto Manuel Ferreira Barreto
Presidente


João Pedro Lopes da Silva
Vice-Presidente



Anabela da Costa Heleno Agostinho
Vice-Presidente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

EXERCÍCIO DE 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	períodos	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		757.040,85	674.699,78
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 12	810.007,89	756.743,85
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2, 3, 9	-209.337,21	-252.432,77
Fornecimentos e serviços externos		-364.780,12	-310.320,90
Gastos com o pessoal	3, 16	-1.014.842,05	-879.644,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	11		-9.953,11
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	10	159.598,82	120.255,21
Outros gastos e perdas		-3.474,55	-3.852,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		134.213,63	95.494,49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3, 5, 6	-111.378,30	-86.228,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.835,33	9.266,32
Juros e rendimentos similares obtidos			1.991,47
Juros e gastos similares suportados	8	-12.364,27	-7.852,45
Resultado antes de impostos		10.471,06	3.405,34
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		10.471,06	3.405,34

O Conselho de Administração


 Ana Carolina de Brito Helene Apolinário

O TOC



ANEXO - 2015

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação: Fundação Ferreira Freire

1.2– Sede: Largo Ferreira Freire, 1 – 3060-522 Portunhos

1.3 – Natureza da actividade: A Fundação Ferreira Freire é uma IPSS, criada por despacho do Ministro da Saúde e Assistência em 26 de Março de 1962, com publicação no Diário do Governo n.º 83, III série, em 7 de Abril de 1962.

Encontra-se registada sob o n.º 30/85 na Direcção Geral da Segurança Social, com última publicação aprovada por despacho dos Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares em 22/07/2014.

Tem por objectivos prioritários o desenvolvimento de actividades de protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho, bem como assistência a pessoas com deficiência.

Actualmente tem acordos com a segurança social para as valências de ERPI (com 2 acordos), Apoio Domiciliário e Centro de Dia, com a frequência em 31 de Dezembro de 91, 14, 9 e 15 utentes respectivamente.

Acessoriamente desenvolve também actividades silvícolas e agrícolas.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A72011 de 9 de Março.

Portaria n.º 105 /2011 de 14 de Março

Portaria 106/2011 de 14 de Março

Aviso n.º 6726-B72011 de 14 de Março

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização para as entidades do sector não lucrativo que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização para as entidades do sector não lucrativo.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do ano de 2015 são comparáveis em todos os aspectos com os valores do ano de 2014.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

a) Activos fixos intangíveis

Os activos fixos intangíveis referem-se a programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. As depreciações são calculadas pelo método da linha recta e em conformidade com o período de vida útil estimado.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta e em conformidade com o período de vida útil estimado.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos rústicos que se encontram arrendadas a agricultores.

As propriedades estão valorizadas de acordo com o seu valor matricial.

Os custos suportados com estas propriedades são reconhecidos como gastos do período.

d) Inventários

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO como forma de custeio em sistema de inventário permanente.

Os activos biológicos consumíveis referem-se a árvores em crescimento para abate valorizadas de acordo com o valor actual, caso fossem abatidas à data, e os de produção a árvores para produção de fruta valorizadas ao custo de aquisição.

e) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Clientes e outras dívidas de terceiros – Encontram-se mensuradas pelo seu valor nominal, não vencem juros nem existem descontos.

ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros - Encontram-se mensuradas pelo seu valor nominal, não vencem juros e os descontos são residuais.

iii) Empréstimos – O empréstimo encontra-se registado pelo valor em dívida.

iv) Caixa e depósitos bancários – Os montantes destas rubricas correspondem a:

- 500,00 € em caixa

- 97.537,26 € em depósitos à ordem

v) Investimentos financeiros:

Participação no capital da Cooperativa Agrícola de Souselas -3.397,65 €

Fundo de Compensação do Trabalho – 1.867,29 €

f) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e líquido de descontos.

g) Benefícios dos empregados

Encontram-se reconhecidos os gastos dos empregados referentes a férias e subsídios de férias do ano de 2015 a serem pagos no decorrer do ano de 2016.

3.2 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações por parte da instituição.

3.3 – Principais fontes de incertezas das estimativas:

As estimativas efectuadas têm um impacto bastante reduzido nas contas apresentadas e uma grande probabilidade de ocorrerem.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detectados erros que implicassem alterações às demonstrações financeiras.

5 – Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta e em conformidade com o período de vida útil estimado, a saber:

Edifícios	- 50 anos.
Outras Construções	- 10 anos.
Equipamento básico	- entre 4 e 10anos
Equipamento de transporte	- 8 anos
Equipamento administrativo	- entre 5 e 16 anos
Outro activo fixo tangível	- entre 8 e 20 anos

Jazigos – A Fundação é proprietário de um Jazigo no cemitério de Portunhos onde se encontra o corpo do Conselheiro Ferreira Freire. O seu valor contabilístico líquido é de 834,00 euros e entendeu-se que o bem não deverá continuar a ser amortizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração nas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por natureza.

No corrente não foram efectuadas quaisquer alterações.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis resultantes da venda ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo o resultado registado na demonstração de resultados por natureza.

6 – Activos intangíveis

Os activos fixos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações, calculada pelo método da linha recta e de acordo com período de vida útil estimado que foi em 2015 entre 1 e 4 anos.

Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos intangíveis com vida útil finita

	Descrição	Programas de computador
1	Quantia bruta escriturada inicial	6.038,96
2	Amortizações acumuladas iniciais	6.038,96
3=1-2	Quantia líquida escriturada inicial	0
4=5-6	Movimento do período	2.990,99
5	Adições em 1ª mão	2.990,99
6	Amortizações do exercício	678,84
7=1+5	Quantia bruta escriturada final	9.029,95
8=2+6	Amortizações acumuladas finais	6.717,80
9=7-8	Quantia líquida escriturada final	2.204,39

7 – Locações

Sem aplicação

8 – Custo de empréstimos obtidos

Para fazer face a alguns investimentos, foi contraído em Março de 2014 um empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola de Cantanhede no valor de 300.000,00 € com prazo de 84 meses, sendo os 12 primeiros de carência. No final do ano o valor em dívida era de 262.617,00 €. Os juros pagos durante o ano levados a gastos do período totalizaram 11.932,89 €.

Para apoio da tesouraria da instituição, efetuou-se junto da CCAM em Março de 2015, um empréstimo de curto prazo no valor de 25.000,00 €. O empréstimo foi pago em Setembro e o valor do juro levado a gasto do período totalizou 431,68 €.

9 – Inventários

As matérias e materiais de consumo são registados pelo custo de aquisição, sendo utilizado o inventário permanente e o método FIFO como sistema de custeio.

Os activos biológicos de consumo referem-se a árvores em crescimento para abate e estão valorizadas de acordo com o valor actual, caso fossem abatidos à data, e os de produção encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Descrição	Inventários iniciais	Compras	Reclassif. e regularização de inventários	Inventários finais	CMVCM
Activos biológicos	34.507,19	429,67		34.936,86	
Géneros alimentares	5.472,41	125.480,14		504,72	130.447,83
Produtos de higiene e limpeza	9.766,45	70.137,20		8.096,71	71.806,94
Produtos enfermagem		11.481,87		4.886,93	6.594,94
Fertilizantes e produtos agrícolas		487,50			487,50
Total	49.746,05	208.016,38		48.425,22	209.337,21

10 – Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida no período:

Prestação de serviços (mensalidades dos utilizadores)	
Lar	613.863,44
Apoio domiciliário	22.110,82
Centro de dia	34.482,85
ERPI II	87.375,80
Subsídios à exploração (acordos com a seg. social):	
Lar (ERPI I)	668.833,95
Apoio domiciliário	40.831,84
Centro de dia	10.694,81
ERPI II	36.257,60
Cantinas Sociais	42.800,30

Subsídios IEFP (Estágios e CEIs)	10.694,81
Outros rendimentos	
Serviços sociais	46.772,20
Rendas de propriedades de investimento	13.098,94

11 – Provisões

As provisões constituídas referem-se a dívidas de clientes que dificilmente serão recebidas na totalidade. Durante o ano de 2015 não foi efetuado qualquer movimento nesta rúbrica.

Saldo inicial	14.040,96
Anulação/reversão	
Reforço	
Saldo final	14.040,96

12 – Subsídios e apoios do governo

a) Política contabilística adoptada para os subsídios do governo

Os subsídios ao funcionamento, nomeadamente os resultantes dos acordos de cooperação celebrados com o ISS, são considerados como rendimento do exercício e contabilizados na conta 751. Os subsídios ao investimento são contabilizados pela sua totalidade na conta 593, sendo levados a rendimento do exercício na mesma proporção da amortização do activo beneficiário do subsídio. A contabilização é efectuada na conta 7883.

b) Natureza e extensão dos subsídios do governo

Durante o ano de 2015, foram recebidos os seguintes subsídios para o funcionamento:

a) Do ISS:

- Para a valência de Lar (ERPI I) – 668.833,95
- Para a valência de Apoio Domiciliário – 40.831,84
- Para a valência de Centro de Dia – 10.694,81
- Para a valência de ERPI II - 36.257,60
- Para Cantinas Sociais – 42.800,30

b) Do IEFP para CEIs e Estágios – 10.694,81

13 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Sem aplicação

14 – Impostos sobre o rendimento

A actividade agrícola e silvícola apresentou durante o exercício de 2015 um resultado negativo, não havendo por isso imposto a pagar.

15 – Instrumentos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros estão valorizados ao custo.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Activos financeiros			170.301,07	
Clientes			56.325,39	
Adiantamentos a fornecedores				
Accionistas/sócios				
Outras contas a receber			15.938,42	
Outros activos financeiros (Cx. e Depósitos)			98.037,26	
Passivos financeiros			584.499,91	
Fornecedores			44.034,13	
Adiantamentos de clientes				
Accionistas/sócios				
Financiamentos obtidos			262.617,00	
Outras contas a pagar			274.848,78	
Outros passivos financeiros				

16 – Benefícios dos empregados

16.1 – Número médio de empregados

Durante o ano de 2015, o número médio de empregados foi de 74.

Nº de funcionários em 31 de Dezembro

Nº de funcionários	Funções desempenhadas
1	Directora Técnica (Técnica Superior de Serviço Social)
1	Técnica Superior de Serviço Social
1	TOC
1	Escriturária
1	Encarregada de Serviços Gerais
1	Animador Sociocultural
1	Terapeuta Ocupacional
6	Enfermeiros
42	Ajudantes de Acção Directa
1	Fisioterapeuta
3	Cozinheiras
4	Ajudantes de Cozinha
2	Lavadeiras
12	Trabalhadores Auxiliares
1	Encarregado de Setor
78	

Fundação Ferreira Freire
NIPC: 500 848 653

Em regime de prestação de serviços acrescem 2 médicos, 1 advogado, além de 2 Contratos Emprego Inserção através do IEFP.

16.2 – Número de membros dos órgãos directivos.

Os órgãos directivos da constituição são constituídos por 3 elementos em cada um.

Membros da Direção Executiva:

Presidente: Alberto Manuel Ferreira Barreto (por inerência é o Presidente do Conselho de Administração;

Vogal: Helena Maria Adro Santos Rodrigues (Técnica de Serviço Social da Instituição)

Vogal: Jorge Filipe Antunes Gaspar

Destes, apenas o vogal Jorge Gaspar auferem remuneração pelo desempenho do cargo com o valor de 1.000,00/mês em regime de prestação de serviços.

Os restantes órgãos, Conselho de Administração e Conselho fiscal não tiveram alteração na sua composição e nenhum dos seus elementos auferem qualquer remuneração pelo desempenho das respectivas funções.

Quadro Nota 5 - Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos tangíveis

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	289,080,82	2,283,364,08	446,968,19	188,803,01	78,821,66	15,950,98	402,723,44	3,705,712,18
2	Depreciações acumuladas iniciais		802,251,05	395,777,36	131,531,10	68,115,51	11,896,72		1,409,571,74
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								
4-1-2-3	Quantia líquida escriturada inicial	289,080,82	1,481,113,03	51,190,83	57,271,91	10,706,15	4,054,26	402,723,44	2,296,140,44
5=5.1-5.2+5.3 a 5.6	Movimentos do período	-80,66	15,119,57	36,216,57	-10,466,26	13,451,07	2,016,23	439,316,37	495,572,89
5.1	Total das adições		71,901,94	51,095,42		16,929,76	2,638,23	439,316,37	581,881,72
	Adições em 1ª mão		71,901,94	51,095,42		16,929,76	2,638,23	439,316,37	581,881,72
	Aq. através de conc. de act. empresariais								
	Outras aquisições								
	Estimativa de custos de desmantelamento								
	Trabalhos para a própria entidade								
	Acréscimo por revalorização								
	Outras								
5.2	Total das diminuições	80,66	56,782,37	14,878,85	10,466,26	3,478,69	622,00	0,00	86,308,83
	Depreciações		56,782,37	14,878,85	10,466,26	3,478,69	622,00		86,228,17
	Perdas por imparidade								
	Alienações	80,66							
	Abates								
	Outras								
5.3	Reversões de perdas por imparidade								
5.4	Transferências de AFT em curso								
5.5	Transf. de/para act. não correntes p/ venda								
5.6	Outras transferências								
6=4+5	Quantia líquida escriturada final	289,000,16	1,496,232,60	87,407,40	46,805,65	24,157,22	6,070,49	842,039,81	2,791,713,33